

A NEGAÇÃO DO OUTRO E A CLÍNICA PSICANALÍTICA EUROCENTRADA

THE DENIAL OF THE OTHER AND THE EUROCENTRATED PSYCHOANALYTIC CLINIC

LA NEGACIÓN DEL OTRO Y LA CLÍNICA PSICOANALÍTICA EUROCENTRADA

LE DÉNI DE L'AUTRE ET LA CLINIQUE PSYCHANALYTIQUE EUROCENTRÉE

Camila de Freitas Moraes Garcia

Doutora em Política Social e Direitos Humanos, Universidade Católica de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

camilapsi.moraes@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0001-6745-4195>

Roseane Torres de Madeiro

Doutora em Psicologia, Universidade Federal do Pará, Belém do Pará, Brasil.

rose_madeiro@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-7734-4800>

Recebido em: 11/11/2023

Aceito para publicação: 13/11/2024

Resumo

Este artigo propõe um diálogo entre a clínica psicanalítica e o racismo, abordando os aspectos sócio-históricos da escravização colonial e imperial que ainda se perfaz na contemporaneidade, e considerando a clínica psicanalítica como um lugar que não foge a essa estruturação colonial, sobretudo, no Brasil. Se a clínica psicanalítica se propõe a escutar as marcas, histórias e narrativas intrínsecas à existência do sujeito, então, o que se faz quando o racismo está em cena? Nesse sentindo, a partir desse questionamento, pensadores como Ilseidinha Nogueira (1998), Frantz Fanon (2008), Aimé Césaire (1978), Aníbal Quijano (2005), dentre outros, serão utilizados metodologicamente a fim de explicitar como as experiências históricas da escravização, impactam as estruturas sociais e os aspectos inconscientes da psique do corpo negro. A conclusão deste, aponta para a necessidade de uma atuação da Psicanálise e do fazer do analista que transcenda o âmbito individual e se expanda para o campo político, histórico e social, a fim de lidar com as complexidades do racismo estrutural e suas repercussões na saúde mental dos indivíduos afetados.

Palavras-chaves: Corpo; Colonialidade; Clínica Psicanalítica; Racismo.

Abstract

This article proposes a dialogue between the psychoanalytic clinic and racism, addressing the socio-historical aspects of colonial and imperial enslavement that still persists in contemporary times, and considering the psychoanalytic clinic as a place that does not escape this colonial structuring, especially in the Brazil. If the psychoanalytic clinic proposes to listen the marks, stories and narratives intrinsic to the subject's existence, then, what's done When racism is on the scene? In this sense, based on this questioning, thinkers such as Isildinha Nogueira (1998), Frantz Fanon (2008), Aimé Césaire (1978), Aníbal Quijano (2005), among others, will be used methodologically in order to explain how the historical experiences of slavery, impact social structures and unconscious aspects of the psyche of the black bodies people. This conclusion points to the need for Psychoanalysis and the analyst's work to transcend the individual scope and expand to the political, historical and social field, in order to deal with the complexities of structural racism and its repercussions on mental health of individuals.

Keywords: Body; Coloniality; Psychoanalyses Clinic; Racism.

Resumem

Este artículo propone un diálogo entre la clínica psicoanalítica y el racismo, abordando los aspectos sociohistóricos de la esclavitud colonial e imperial que aún persiste en la época contemporánea, y considerando la clínica psicoanalítica como un lugar que no escapa a esta estructuración colonial, especialmente en el Brasil. . Si la clínica psicoanalítica se propone escuchar las marcas, historias y narrativas intrínsecas a la existencia del sujeto, entonces, ¿qué se hace cuando el racismo está en escena? En este sentido, a partir de este cuestionamiento, se recurrirá metodológicamente a pensadores como Isildinha Nogueira (1998), Frantz Fanon (2008), Aimé Césaire (1978), Aníbal Quijano (2005), entre otros, para explicar cómo el proceso histórico Las experiencias de esclavitud impactan las estructuras sociales y aspectos inconscientes de la psique del cuerpo negro. Esta conclusión apunta a la necesidad de que el psicoanálisis y el trabajo del analista trasciendan el ámbito individual y se expandan al campo político, histórico y social, para abordar las complejidades del racismo estructural y sus repercusiones en la salud mental de los individuos afectados.

Palabras clave: Cuerpo; Colonialidad; Clínica Psicoanalítica; Racismo.

Résumé

Cet article propose un dialogue entre la clinique psychanalytique et le racisme, en abordant les aspects socio-historiques de l'esclavage colonial et impérial qui persistent encore à l'époque contemporaine, et en considérant la clinique psychanalytique comme un lieu qui n'échappe pas à cette structure coloniale, notamment au Brésil. Si la clinique psychanalytique propose d'écouter les marques, les histoires et les récits intrinsèques à l'existence du sujet, alors que faire lorsque le racisme est en scène ? En ce sens, à partir de ce questionnement, des penseurs tels qu'Isildinha Nogueira (1998), Frantz Fanon (2008), Aimé Césaire (1978), Aníbal Quijano (2005), entre autres, seront utilisés méthodologiquement pour expliquer comment les expériences historiques d'esclavage impactent les structures sociales et les aspects inconscients de la psyché du corps noir. Cette conclusion souligne la nécessité pour la psychanalyse et le travail de l'analyste de transcender le cadre individuel et de s'étendre au champ politique, historique et social, afin de traiter les complexités du racisme structurel et ses répercussions sur la santé mentale des individus affectés.

Mots-clés : Corps ; Colonialité ; Clinique psychanalytique ; Racisme.

Introdução

A análise desse artigo propõe investigar de que maneira o conhecimento e as práticas da Psicanálise são influenciados por ideologias raciais, assim como examinar como a clínica psicanalítica lida com a problemática racial.

Precisamente, porque o papel atribuído aos negros ao longo da história colonial, especialmente, no território brasileiro, fundamentou-se como inerentes à raça, o que levava à ideia de que os negros estariam predispostos a problemas físicos e mentais, ao crime e à insubordinação.

É importante ressaltar que a Psicanálise, concebida por Sigmund Freud no final do século XIX, foi desenvolvida a partir de uma perspectiva eurocêntrica e inserida nas realidades socioculturais de Viena da época. Freud, como homem branco e judeu, foi influenciado pelo contexto histórico e cultural que o cercava.

E, embora Freud tenha contribuído significativamente para o desenvolvimento da teoria psicanalítica, sua obra reflete as limitações e a perspectiva da época em que viveu. Suas ideias sobre a diferença e o narcisismo das pequenas diferenças também devem ser comprovadas à luz de seu próprio contexto histórico e de suas experiências como um corpo judeu, e os processos violentos enfrentados frente ao antissemitismo e a perseguição nazista. Vemos com isso, que Sigmund Freud, o fundador da psicanálise, carregava consigo marcadores de poder social, em seu lugar enquanto um homem branco e médico, mas que também enfrentou marcadores de opressão por ser judeu. Freud viveu em um período e contexto histórico onde o antissemitismo era prevalente na Europa, enfrentando discriminação e preconceito devido à sua identidade judaica. Portanto, é importante considerar o contexto histórico e social em que a psicanálise foi concebida e desenvolvida, reconhecendo as influências e limitações resultantes das experiências pessoais e do ambiente cultural de Freud e de seus contemporâneos. Isso pode ajudar na reflexão sobre como a psicanálise lida e interpreta as questões de raça, identidade e diversidade em sua prática teórica e clínica.

Nesse sentido, essas reflexões apontam para as questões sobre como a perspectiva de Freud foi influenciada pela sua própria identidade, contexto cultural e histórico. Esses aspectos destacam a necessidade de uma crítica à Psicanálise, a fim de desvelar suas limitações e considerar perspectivas mais amplas e inclusivas na compreensão da psique humana, levando em conta diferentes experiências culturais e sociais, o que inclui o próprio racismo quando se está em cena a escuta aos corpos negros.

Assim sendo, é de fundamental importância compreender tanto no campo epistêmico, quanto nas práxis da clínica psicanalítica que o racismo não é apenas uma característica social, mas também uma característica psicológica, inconsciente, e que se manifesta nas relações interpessoais e nas estruturas mentais individuais e coletivas.

Para início de conversa

Os corpos humanos carregam uma história, uma narrativa que é intrínseca à sua existência. Esse enredo está relacionado à individualidade de cada pessoa, que é

moldada por experiências, eventos e influências psíquicas ao longo do tempo. A história de cada corpo é única, sendo uma composição complexa de acontecimentos passados, memórias, relações sociais e experiências pessoais. Assim, a inscrição psíquica se refere à forma como essas experiências são registradas na psique de um sujeito, moldando sua identidade, perspectivas, comportamentos e afetos. Esse registro psíquico é resultado de interações e experiências vivenciadas e pode influenciar profundamente a forma como uma pessoa se relaciona consigo e com o mundo ao seu redor, portanto, quando o racismo está em voga há de sempre se levar em consideração a “marca traumática” de um processo coletivo fundado no tráfico negreiro transatlântico e na divisão dos sujeitos e na inventiva da raça.

Sobre o preconceito de marca que funda o corpo negro, pontua-se:

O preconceito de marca determina uma preterição [...] uma exclusão incondicional dos membros do grupo atingido, em relação a situações ou recursos pelos quais venham a competir com os membros do grupo discriminador [...] Assim, no Brasil, a intensidade do preconceito varia em proporção direta aos traços negroides (NOGUEIRA, p. 292; 296).

Nessa mesma linha, a questão crucial da discriminação material é marcada na insígnia do “corpo” ao qual se perfaz pelos traços negroides, dentre eles encontram-se: a textura do cabelo, nariz com dorso largo, a cor da pele, a forma e espessura dos lábios, entre outros traços físicos. Traços esses os quais irão determinar a violência e a mortificação sobre tais sujeitos, pois é a marca negroide que os definirão como tal. Isto é, essa é mais uma violência enfrentada por indivíduos não brancos, especialmente aqueles que são identificados pela sociedade por suas características fenotípicas associadas à negritude, pois tais traços físicos são usados como marcadores raciais, resultando em estereótipos, discriminação e preconceito. (CHIZIANE, 2013)

Assim, no contexto do racismo, isso opera pela via da negação ao qual pode ser observada na chamada “democracia racial” brasileira, que perpassa pela ideia de que se nega a existência e a influência do racismo no país, de modo a apagar as marcas corpóreas e universalizar os corpos, ao mesmo tempo em que perpetua estruturas e sistemas racistas. Ao afirmar a existência de uma suposta harmonia racial ou igualdade, essa ideologia nega ou minimiza a realidade da discriminação racial, ocultando as desigualdades e opressões que afetam a população negra.

Outrossim, autores como Aníbal Quijano (2005) e Aimé Césaire (1978), referem-se a um conjunto de relações de poder, hierarquias raciais, sexuais e de gênero que foram estabelecidas durante a colonização e que persistem nas sociedades contemporâneas, especialmente em contextos colonizados, como o Brasil. Essa matriz de poder não se limita ao período colonial, mas continua a influenciar as estruturas sociais, políticas e culturais atuais, mantendo-se articulada com o sistema capitalista.

Nas palavras de Djamilla Ribeiro (2017):

As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizado, além das

condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente. Isso, de forma alguma, significa que esses grupos não criam ferramentas para enfrentar esses silêncios institucionais, ao contrário, existem várias formas de organização políticas, culturais e intelectuais. A questão é que essas condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas produções. (p.36)

Ou seja, a outridade¹ imposta nesse sistema colonial, está enraizada profundamente nas instituições, nos conhecimentos, nas crenças e nas práticas sociais que foram estabelecidas a partir dos padrões imperiais ocidentais, perpetuando assim a exploração, a subjugação e o controle de determinados grupos sociais, como nos ditos de Macluhan (1964) “numa cultura como a nossa, há muito acostumada a dividir e estilhaçar todas as coisas como meio de controlá-las”, e de maneira especial, os corpos negros. E essa estrutura de poder influencia a distribuição desigual de recursos, oportunidades e direitos, mantendo-os em situações de desvantagem e marginalização.

Mbembe (2018) ainda ressalta, que a estrutura colonial deixou um legado extremamente prejudicial para os corpos negros. Essa herança é marcada pela exclusão social, pela negação de direitos fundamentais e pela privação de acesso a serviços essenciais como educação, saúde e oportunidades de trabalho digno. Essas desigualdades são reflexos diretos das injustiças históricas e estruturais incutidas na matriz colonial, à medida que continuam a perpetuar a marginalização e a discriminação na contemporaneidade.

Nesse sentido, mesmo com o advento da “modernidade” embora a libertação formal tenha sido legalmente imposta com o fim da escravização, essa libertação não se traduziu imediatamente em igualdade social, econômica ou política para as pessoas negras. Haja vista que, os efeitos desse processo continuaram a reverberar após a abolição, já que os “ex-escravizados” enfrentaram uma série de desafios, incluindo a falta de acesso aos direitos sociais básicos, como educação, saúde, trabalho e moradia digna. Além disso, a exclusão social e a discriminação racial persistiram, mantendo os negros em uma posição de marginalização na sociedade (NOGUEIRA, 1998).

As análises de Nogueira (1998) tal qual a de Mbembe (2018) ressaltam que a libertação formal não foi suficiente para garantir a verdadeira emancipação e igualdade para os corpos negros, uma vez que os efeitos da escravização ajudaram a moldar suas vidas e experiências mesmo após a abolição pela via da mortificação. Essa reflexão destaca a importância de se considerar não apenas a libertação legal, mas também a necessidade

1 Tradução das autoras: Refere-se ao processo de confronto com o “outro”, um indivíduo ou grupo que desperta sentimentos negativos iniciais, como repulsa, aversão ou medo, devido à diferença cultural, política, linguística ou religiosa. Esse confronto com a diferença pode ser inicialmente sentido como desconfortável e até mesmo ameaçador, provocando uma ocorrência negativa por parte daqueles que se veem confrontados com essa alteridade. (SPIVAK, 2010)

continua de enfrentar e superar as desigualdades decorrentes do racismo colonial que ainda se estrutura na sociedade brasileira.

Com isso, se quer pontuar que o processo de desumanização imposto aos corpos negros desempenhou um papel fundamental na economia global, fornecendo mão de obra barata para sustentar a produção e a acumulação de riqueza nas colônias europeias, especialmente nas Américas. Durante os períodos coloniais, os europeus impuseram suas ideias de superioridade racial, justificando a exploração e a escravização de povos não europeus. Esse sistema de gestão racial teve um impacto sobremaneira na construção psíquica do corpo negro, além da, estruturação desigual nas políticas, leis, relações sociais e econômicas, de modo, a outrificar uns em detrimento de outros e fundamentalmente, tais questões não fogem a realidade do fazer clínico, mas o seu contrário, pois atravessam a clínica psicanalítica quando o corpo negro se apresenta.

A menção à modernidade e à colonialidade é significativa, pois se destaca como a prática clínica pode ser influenciada por ideias e estruturas provenientes de um projeto de mundo eurocêntrico. Esse projeto histórico está ligado à dominação, exploração e a desigualdade que permeiam o sistema capitalista mundial. Nesse sentido, a clínica psicanalítica pode oscilar entre se alinhar com essa herança de dominação ou buscar alternativas que considerem diferentes perspectivas culturais e experiências humanas.

Portanto, esta reflexão aponta para a importância de uma abordagem clínica crítica, antirracista e capaz de questionar suas próprias bases teóricas e práticas, buscando constantemente uma compreensão ampla e diversa das experiências individuais e coletivas, além de se distanciar-se das estruturas de poder opressivas que historicamente moldaram a prática clínica na escuta ao corpo negro.

Essa construção identitária do corpo está submersa na própria linguagem, e nos lugares que o discurso confere aos brancos e negros. A identidade é formada ao longo do ato de narrar, revelando as contradições e conflitos subjacentes à relação entre opressores e oprimidos na sociedade brasileira.

Conforme Djamilla Ribeiro (2017):

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, as pessoas negras experimentarão racismo no lugar de quem é objeto de opressão, no lugar de quem restringe oportunidades desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar o lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares diferentes (p. 86).

Assim, compreender o racismo para além do nível individual e analisar suas manifestações nas estruturas sociais, sobremaneira, no âmbito da clínica psicanalítica se

torna essencial, justamente, para poder se desvendar a sua dimensão histórica e inconsciente. Ao examinar como o racismo está arraigado nas instituições, políticas públicas, representações culturais e relações interpessoais, pode-se identificar como os mecanismos de saber/poder operam no sentido de padronizar corpos e sustentar a desigualdade racial e a discriminação. Esse exame mais amplo permite compreender como o racismo opera em diferentes esferas da sociedade, influenciando desde a formulação de leis e políticas até a perpetuação de estereótipos e preconceitos no cotidiano das pessoas negras.

Desse modo, é fundamental que a práxis na clínica psicanalítica busque romper com a visão eurocêntrica do ser enquanto universalizante, bem como, do conhecimento científico, para que assim possa reconhecer a diversidade de saberes e existências, e isso implica em questionar e superar os padrões impostos pelo pensamento ocidental.

A análise psicanalítica compromissada com a política, a ética e com o antirracismo pode vir a ser aquela que permite a investigação das raízes do racismo, revelando as complexas dinâmicas psicológicas que podem estar subjacentes a atitudes racistas e preconceituosas experienciadas pelos corpos negros. Por isso, que se aposta numa psicanálise preta, a onde possa se oferecer uma lente outra, que busque analisar como o racismo é internalizado e perpetuado ao longo das gerações. Isso inclui o estudo de mecanismos de defesa psicológica, como a projeção e a negação, que podem estar envolvidos na perpetuação de estereótipos e preconceitos raciais.

Nesse contexto, é fundamental reconhecer que a memória coletiva e as memórias coloniais se entrelaçam e desempenham um papel significativo na formação do psiquismo individual e coletivo e ao qual a psicanálise não pode se eximir. Uma vez que, as memórias coloniais e a herança do colonialismo podem afetar profundamente as identidades e as relações dos sujeitos, especialmente em países que foram colonizados, tal qual, o território brasileiro. Essas memórias podem ser transmitidas de geração em geração e vindo a influenciar as dinâmicas sociais, as relações inter-raciais, os sentimentos de pertencimento e até mesmo os sintomas psicológicos.

Portanto, o psicanalista deve estar atento a essas dimensões quando trabalha com pacientes, especialmente em contextos onde as questões coloniais e raciais desempenham um papel significativo. Isso envolve a capacidade de identificar como memórias coletivas e históricas podem estar relacionadas aos sintomas e aos conflitos emocionais dos pacientes, bem como como podem impactar as relações interindividuais. Descolonizar a escuta busca tornar a psicanálise inclusiva e relevante para pessoas racializadas, promovendo uma prática psicanalítica antirracista e sensível às realidades complexas da vida contemporânea.

As reflexões e análises propostas até aqui, configuraram alguns questionamentos acerca do silenciamento de psicanalistas brancos frente às questões raciais que permeiam a cultura brasileira e também, portanto, o espaço da clínica psicanalítica. A pesquisa nos aponta para uma crença em uma suposta neutralidade, por parte de psicanalistas

brancos, com relação a queixas de pacientes decorrentes de racismo, como um encobrimento de suas posições frente à prática de escuta.

Porquanto, a análise do "não dito" do racismo também é relevante, pois destaca como a ausência de discussão sobre o racismo nas práticas clínicas pode impactar negativamente a qualidade do processo analítico e a compreensão das experiências dos pacientes racializados. Isso sugere que a teoria psicanalítica pode ser reavaliada e reinterpretada à luz das questões raciais, o que pode levar a uma abordagem compromissada, sensível, ética, consciente e antirracista por parte dos analistas brancos.

Afirma-se então, que a clínica não é um espaço isento, extramuros ou neutro, uma vez que, a relação entre o analista e o paciente não ocorre em um vácuo, mas é profundamente influenciada pelas identidades, experiências e perspectivas de ambos. Negar essa realidade do racismo que se perfaz desde a invasão colonial pode levar a práticas clínicas insensíveis e ineficazes na escuta ao corpo negro.

Reconhecer que a clínica é um espaço de acontecimentos implica que as experiências dos pacientes são centrais e que a função do analista não é apenas ouvir, mas também estar ciente de suas próprias posições, preconceitos e privilégios. Isso é especialmente relevante no contexto das discussões sobre racismo e identidade racial, onde a falta uma escuta compromissada com a diversidade pode ter consequências prejudiciais para os pacientes racializados.

Assim, aposta-se que a psicanálise e os analistas no seu fazer clínico devem estar aliados aos saberes antirracistas, decoloniais e anticoloniais, já que, estes oferecem uma visão crítica da hegemonia do conhecimento ocidental e destacam a importância de considerar outros sistemas de conhecimento, experiências e pontos de vista. Reitera-se, portanto, ser fundamental reconhecer que a diversidade discursiva não implica necessariamente em deficiências, mas sim em diferentes formas de abordar e compreender o mundo. Essa diversidade promove a inclusão de vozes que historicamente foram marginalizadas ou excluídas das narrativas sociais, históricas e culturais.

Saindo do pressuposto de que a psicanálise, se concentra na exploração das profundezas da psique humana e nas dinâmicas inconscientes que influenciam o comportamento e as emoções dos sujeitos, faz-se urgente então, o pichar dos muros dos conhecimentos estabelecidos na clínica psicanalítica, e isso pode ser aplicado de maneira significativa para se entender como o racismo afeta o sujeito a quem se escuta.

A inscrição do racismo no corpo negro: e os poderes coloniais

O entendimento do corpo negro vai muito além de sua dimensão física e biológica. Ele é profundamente influenciado por significados simbólicos que carregam traços históricos de violência e morte, especialmente em contextos de colonização. A América Latina, em particular o Brasil, apresenta uma dinâmica única onde essas assimetrias são notavelmente visíveis.

Com efeito, a inventiva do racismo através da divisão dos sujeitos em humanos e não-humanos se materializa através da exploração econômica e para além dela, pois a escravização foi uma forma de violência que transformou o corpo negro dos

escravizados onde se registraram as marcas físicas e emocionais dessa experiência brutal, tanto físicos quanto psicológicos, que tem enquanto resultante os vestígios da dor, da outridade, do silenciamento e da exploração, que refletem não apenas a dor individual, mas também a herança de um passado de marcas de opressão e desumanização.

Essa ideia de "inscrição" nos corpos dos escravizados sugere que as marcas da escravidão não desapareceram com o fim da instituição, mas sim se fizeram parte da história e da identidade de descendentes e comunidades afrodescendentes, carregando consigo os vestígios de um legado de sofrimento, de violência e desigualdades.

Portanto, a escravização não deixou apenas sequelas físicas, mas também psicológicas e emocionais que, ao longo do tempo, influenciaram as experiências individuais e coletivas das pessoas que foram submetidas a esse sistema fundado no colonialismo.

Para Aníbal Quijano (2005), expor à questão racial e o poder colonial se perfaz em abordar a América como o primeiro espaço e tempo a ser incorporado no novo padrão de poder global, estabelecendo-a como a primeira identidade da modernidade. Ele ressalta dois processos históricos fundamentais para a formação desse novo espaço-tempo e para a consolidação do poder colonial: a consolidação das diferenças entre colonizadores e colonizados com base na noção de raça e a articulação de diversas formas de controle sobre o trabalho, recursos e produtos.

Sobre a codificação das diferenças, isso se baseava na construção de uma trajetória entre colonizadores e colonizados, fundamentadas na ideia de raça e essa classificação foi central para estabelecer e explicar as práticas coloniais, criando uma divisão entre os dominadores e os dominados, cujas diferenças foram atribuídas à raça. Já o controle dos recursos e do trabalho: Foi estabelecida uma estrutura que permitiu o controle e a exploração dos recursos naturais e humanos das áreas colonizadas. Esse controle não apenas permitiu a exploração desses recursos, mas também exerceu poder sobre as formas de trabalho e a produção de bens.

A noção de "colonialidade do saber", como discutida por pensadores como Walter Dignolo (2005) e Aníbal Quijano (2005), refere-se a um aspecto que vai além da mera ocupação territorial no contexto colonial. Ela aponta para a maneira como o conhecimento, as linguagens, a memória e o imaginário branco e eurocentrado foram constituídos e moldados dentro de uma lógica colonial que valoriza e coloca como central a perspectiva europeia em detrimento de outras culturas e corpos, sendo imposto nesse sentido, uma ordem hierárquica do ser e do saber e cabendo ao corpo negro fruto da escravização o "lugar do não-ser".

Essa colonialidade do saber envolve a organização do espaço e do tempo a partir de uma narrativa global que tem a Europa como ponto focal e centro de referência. Isso implica na imposição de uma visão de mundo eurocêntrica, na qual o conhecimento produzido no contexto europeu é colocado em uma posição superior e privilegiada em relação a outras formas de conhecimento e epistemologias que emergiram de outras culturas e contextos.

Dessa forma, a colonialidade do saber não se restringe apenas à expansão territorial do colonialismo europeu, mas se estende para a esfera do conhecimento, da noção de corpos, colocando na prática uma posição que supervaloriza as formas de pensamento europeu e desconsidera ou marginaliza outras maneiras de conhecer e compreender o mundo.

Para tais autores, a partir dessa lógica do “não ser” é que a escravização historicamente teve como objetivo não apenas a exploração do trabalho, mas também a manipulação física, emocional e psicológica dos indivíduos escravizados. Ela representou um sistema desumano que visava produzir dor extrema e sofrimento para aqueles que eram subjugados (MIGNOLO, 2005).

A narrativa colonialista, que se originou na era da colonização e da escravização, desumanizou os africanos e seus descendentes, negando-lhes a plena humanidade e os considerando como categoria “outra”, distinta dos padrões estabelecidos de humanidade, criando assim, um aspecto conhecido como “outramento”, no qual os colonizados são tratados como diferentes, inferiores e, muitas vezes, desumanizados pelos colonizadores. Esse processo reforça uma relação desigual de poder, onde a cultura dominante se sobrepõe e subjuga as culturas locais, desconsiderando suas visões de mundo, saberes e identidades.

Assim, a compreensão do racismo como uma especificação estrutural vai além da ideia de manifestações individuais de preconceito. Quando se fala em racismo estrutural, refere-se a um conjunto complexo de mecanismos, instituições, práticas e normas que estão profundamente entrelaçados nas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais de uma sociedade.

Essa perspectiva destaca que o racismo não é apenas um problema individual ou pessoal, mas algo que está enraizado e integrado nas próprias estruturas que governam a sociedade. Ele está presente nas instituições, moldando políticas, padrões de comportamento, oportunidades e acesso a recursos de forma a perpetuar desigualdades sistemáticas com base na raça.

O termo “estrutural” nesse contexto denota que o racismo não é acidental ou ocasional, mas sim um conjunto de sistemas interconectados que, ao longo do tempo, geram e mantêm a marginalização e a exclusão de grupos raciais específicos.

Nas palavras de Silvio Almeida (2018):

O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. (p. 39)

Em consonância com Silvio Almeida (2018), Lélia Gonzalez (2020) descreve o racismo como um sintoma social e uma neurose cultural, ela está apontando para a profundidade e a abrangência desse caráter na estrutura da sociedade brasileira. Essa compreensão vai além das manifestações explícitas de racismo e enfoca também os aspectos mais sutis e internalizados que estão presentes na cultura e nas relações sociais.

Nesse aspecto, para a autora, há de se evidenciar o racismo não tão somente como um produto orquestrado pelo poder colonial, mas, que esse dá através da “metáfora da neurose cultural”, ou seja, o racismo está profundamente arraigado nas estruturas mentais, nos valores culturais e nas práticas sociais, tornando-se uma parte intrínseca da sociedade. Esta perspectiva vai além dos atos de discriminação e preconceito, uma vez que, evidencia como o racismo permeia os tecidos mais sutis da cultura, interações sociais e instituições. E sendo, portanto, esses aspectos menos visíveis aqueles que perpetuam e reforçam as desigualdades raciais ao longo do tempo, moldando atitudes, comportamentos e estruturas que afetam a vida das pessoas racializada (GONZALEZ, 2020)

Para Neto (2019) o racismo não se limita a um único incidente ou a um único indivíduo, mas sim, tem raízes profundas na história e nas estruturas sociais, afetando todo um grupo étnico ou racial. Um ato racista não é apenas um ataque direto a uma pessoa, mas serve como uma forma de reafirmar o poder e a dominação de um grupo sobre outro e, portanto, a dominação e a manutenção do poder colonial através da imposição de narrativas e ideologias por parte do grupo dominante, geralmente europeu, não apenas justificou a dominação e exploração dos povos colonizados, mas também moldou sua visão de mundo e percepção de si mesmos. O colonizador impôs sua ideologia como sendo a verdade absoluta, fazendo com que os colonizados internalizassem os valores, crenças, comportamentos e perspectivas do colonizador como sendo superiores ou corretos.

Nesse sentido, pensar o racismo que se reinventa contigualmente desde o período colonial é compreender que a clínica psicanalítica também está à luz das questões pertinentes a raça, seja no sentido da universalização dos corpos e dos saberes ou na manutenção das desigualdades que se inscrevem nesse corpo racializado toda vez que a escuta clínica se torna inaudível. Assim, aposta-se numa reavaliação crítica dos fundamentos da clínica psicanalítica, onde essa possa vir a considerar como as dinâmicas de poder, cultura e identidade influenciam a prática clínica, buscando uma abordagem antirracista, sensível e contextualizada para lidar com as questões da raça.

O mito da democracia racial no interior da psicanálise.

Tomando a reflexão mencionada logo acima sobre o mito da democracia racial o qual se pretende enquanto um discurso dominante de que não há racismo em nossa organização social, interroga-se se dentro do campo da psicanálise - a qual se interessa desde sempre pelos mitos e por seus efeitos na vida psíquica – não seria possível identificar o mito de que não há racismo dentro do interior de seu próprio âmago? Escuta-se falar que a temática do racismo é um modismo de época, ou que enfatizar o debate racial no campo da psicanálise é perder de vista a dimensão do sujeito, ou que os estudos raciais são identitários, entre tantas outras críticas.

Gonzales (1984) afirmou que o racismo é o sintoma da neurose cultural brasileira, e ao afirmar isso, ela está lançando mão de dois conceitos psicanalíticos de importância basilar para o edifício teórico da psicanálise, quais sejam: sintoma e neurose. Freud

(1893-1895) nos ensinou que na neurose o sintoma tem uma função: o de denunciar um conflito psíquico que não encontrou meios de ser posto em palavras, e que precisou fazer um percurso na vida psíquica, o de assumir um certo disfarce e aparecer, ainda que cifrado, através do sintoma.

Tomar o racismo como um sintoma é afirmar que ele encontra um modo disfarçado de aparecer: “não, eu não sou racista”; “não, não há racismo no Brasil”, “não, não há racismo na psicanálise”. A negação do racismo desemboca justamente na formação de um sintoma. Nas palavras de Gonzales (1984, p. 228): “como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra”. A despeito da neurose cultural brasileira, a autora afirmou:

Ora, sabemos que o neurótico constrói modos de ocultamento do sintoma porque isso lhe traz certos benefícios. Essa construção o liberta da angústia de se defrontar com o recalçamento. [...] No momento em que fala de alguma coisa, negando-a, ele se revela como desconhecimento de si mesmo. (GONZALES, 1984, p. 232).

O desafio está em o neurótico abrir mão de seu sintoma. Já que na perspectiva freudiana o neurótico tem um ganho secundário com seu sintoma, ele não quer simplesmente abrir mão dele, ainda que haja um saldo de sofrimento na convivência com o próprio sintoma. Estaria a nossa sociedade brasileira disposta a abrir mão de seu racismo? Estaria a psicanálise disposta a falar do racismo que lhe é próprio? Tomando o racismo como algo estrutural, faz-se relevante que o campo da psicanálise se interrogue sobre sua posição nos discursos de poder. O que a psicanálise fala sobre o racismo? Qual a sua posição no discurso sobre a raça?

Na origem da psicanálise estão ao mesmo tempo a sua origem territorial (a Europa) enquanto um forte marcador de poder a partir dos eventos da colonização e do imperialismo e o racismo (o antissemitismo) enquanto um marcador de opressão. O fato de que Freud sofreu racismo por ser judeu, não isenta a psicanálise de ser um campo em que o racismo a partir da cor de pele - o que Fanon (2020) chamou de negrofobia - não se faz presente nos seus espaços teóricos e clínicos. Essa nos parece inclusive uma contradição: o racismo na sua versão anti-semita está na origem e história da psicanálise, no entanto, o racismo (negrrofobia)

No decorrer de sua história, a psicanálise precisou subverter muitos discursos e enfrentar muitos opositores para sustentar a sua causa: a do inconsciente. Se não fosse a desobediência de Freud em desautorizar a ordem médica vigente de sua época que afirmava que a histeria era uma farsa, um teatro... se não fosse a expulsão de Lacan da IPA nos anos 60 em razão de o mesmo desobedecer às regras da referida escola, especialmente no que se refere ao tempo lógico da sessão... o que teria acontecido na história da psicanálise?

Em nossa atual época, a psicanálise precisa continuar desobedecendo, especialmente os discursos de poder dentre os quais, o racismo enquanto um discurso que mortifica o corpo negro. Se o racismo se tornou um tema vigente nos debates atuais, isso não quer

dizer que ele seja um fenômeno novo na história do Brasil, pelo contrário, ele está desde sempre na nossa história colonial e é tardio mudar essa realidade estrutural.

A presença do racismo nos debates atuais é fruto da luta antirracista a qual tem conseguido fazer algum furo na rígida estrutura discursiva de poder. Segundo Costa (2021, p. 28), no campo da psicanálise o racismo não recebeu a devida atenção clínica e teórica, “por razões pouco claras, o tema permaneceu nas sombras e franjas da literatura analítica”. Falar sobre racismo no âmbito da psicanálise é urgente!

O próprio Lacan (1998) nos disse que o analista deve sempre se voltar para as questões do seu tempo. Na mesma direção, Fanon (2020, p. 27) afirmou: “pertencem irreduzivelmente à minha época”. Então se nos discursos que circulam nos espaços sociais está presente o racismo como uma pauta de nossa época, como a psicanálise poderia se retirar desse debate

Já que a concepção da psicanálise se deu a partir de matrizes coloniais, é preciso “adotar uma estratégia que passa menos por abandonar a leitura da teoria nascida eurocêntrica e mais por promover uma anamorfose sobre ela, uma deformação especular como metodologia”. (SILVA, 2021, p. 19). No trabalho de uma análise, o neurótico é convidado a falar de seu sintoma, portanto, na mesma direção, a psicanálise precisa falar do seu racismo, e por fora dos seus porões aquilo que ficou recalcado: o seu sintoma. Este seria um primeiro passo: não mais negar o racismo impregnado ao campo teórico e prático da psicanálise. Ele e o pacto da branquitude são incontornáveis.

Kilomba (2019) nos recomenda que ao se posicionar sobre o racismo, o ponto de partida não seria negar o racismo – até porque ele é estrutural, estamos todos sobre sua égide – mas sim, se interrogar: como posso dismantlar o meu racismo? No que se refere ao dismantlamento do racismo presente no campo da psicanálise, Silva (2021) nos sugere revisitar o tripé da formação do analista (análise, supervisão e teoria) tomando como bússola o processo de colonização e considerando o racismo como um elemento estruturante desse processo.

Na mesma direção, Paim (2021) nos indica o seguinte:

[...] escutar, pensar e trabalhar analiticamente o terror do racismo, com seus entrecruzamentos, exige do analista, como guardião dos settings, um labor extremamente apurado, para se haver com seu inconsciente, com o que está cindido em si: os laços que o ligam transgeracionalmente à gênese, ao desenvolvimento e à manutenção do racismo. (PAIM, 2021, p. 14).

Se a psicanálise nasceu no território europeu e se suas bases fundamentais foram matrizes coloniais, esse passado não podemos evitar, porém, tal como no trabalho de uma análise, o sujeito falante não tem como mudar o seu passado, nem mesmo sua origem, mas ele pode se retificar, enquanto sujeito, diante de sua própria história. A psicanálise enquanto práxis e campo teórico precisa rever seus fundamentos, sem precisar soltar a mão de sua causa maior: o inconsciente. Uma psicanálise antirracista parte de um inconsciente que não se fecha em uma única cor: a branca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não temos a pretensão de nas considerações finais dar a palavra final sobre a temática do artigo, a saber, a relação entre racismo e psicanálise. No entanto, podemos encerrá-lo destacando as principais ideias que ficaram durante o percurso de sua escrita. Primeiramente, essa interface entre estudos raciais e psicanálise que se constitui como um terreno frutífero e necessário, pois o sofrimento do humano que se põe a falar de si em uma análise é político. A psicanálise é uma práxis que circula na pólis, ela não pode subtrair do seu fazer clínico a dimensão social que a clínica traz consigo.

Na pólis está o corpo do negro, sofrendo há anos uma pluralidade de violências em nome de um recorte racial. Vários discursos circulam na pólis, entre eles, o discurso da psicanálise o qual, quando tem a palavra, não pode se furtar da responsabilidade de travar uma luta antirracista. Como nos disse Gonzales (1984, p. 241), o combate ao racismo é uma “batalha discursiva”.

É preciso construir um processo de descolonização da psicanálise. Para que isso possa ser construído, finalizamos com as palavras de Paim (2021, p. 15): “temos que queimar os móveis da casa grande, para aquecer novos modelos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BREUER, Josef ; FREUD, Sigmund. (1893-1895). **Estudos sobre a Histeria**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud [ESB]. Rio de Janeiro: Imago, 1977, vol. 2.

CÉSAIRE, Aimé. **O discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CHIZIANE, Paulina. **Eu mulher [...] Por uma nova visão do mundo**. Abril - Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF, v. 5, n. 10, p. 199-205, abril de 2013.

COSTA, Jurandir Freire **Do desamparo narcísico ao desespero: incidências da violência racista na economia psíquica**. In: Relações raciais na escuta psicanalítica. São Paulo: Zagodoni, 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Editora Ubu, 2020.



GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs. P. 223-244, 1984.

LACAN, Jacques. (1998). **Escritos**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MIGNOLO, Walter D. **A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade**. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas. 172 Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MACLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem (understandig media)**. 1964. Tradução de Décio Pignatari. São Paulo: Editora Cultrix.

NETO, José Maia Bezerra. **Racismo, racismo: ainda há muito que dizer**. Afro-Ásia, 59, 2019.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do corpo negro**. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: < <https://repositorio.usp.br/item/000987809>>. Acessado em 12 de novembro de 2023.

PAIM; I. A. **Escuta psicanalítica, relações raciais: um desafio para os psicanalistas**. In: Relações raciais na escuta psicanalítica. São Paulo: Zagodoni, 2021.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgar Lander (org.). Coleção Sur Sur, CLACSO. Rio de Janeiro: 2005.

SILVA; M. L. **Um ato necessário no campo psicanalítico**. In: A psicanálise em elipse decolonial. São Paulo: Editora n – 1, 2021.

SPIVAK, Chakravorty Gayatri . **Can the Subaltern Speak?: Reflections on the History of an Idea**. Columbia: Columbia University Press, 2010.